

D032

Ecoturismo: Brasil tenta
superar o atraso

Autismo: Educador Ambiental

1996-1997



CASO

Caça de animal silvestre

Autuado em flagrante delito, pelo 1º Batalhão da Polícia Florestal do Estado de São Paulo, em Jujutiba (SP). Pena prevista: de dois a cinco anos. Motivo: abate de animal silvestre.

Esta é a ficha criminal de um posseiro que foi pego com uma capivara de aproximadamente nove quilos, em outubro de 1996. O animal foi abatido com uma pancada na cabeça para consumo próprio. Seu processo está em tramitação no Fórum de Justiça Federal, e ele corre o risco de ser condenado e preso.

Um outro episódio aconteceu em 19 de novembro de 1995, em São José dos Pinhais (PR), publicado no jornal Tribuna do Paraná. A Polícia Florestal do Estado do Paraná, após cinco anos de busca, conseguiu prender um caçador que mantinha um verdadeiro arsenal em sua casa. Foram apreendidos em seu poder 15 quilos de carne de caça, provavelmente de veado, 17 armas de fogo sem registro, armadilhas, entre outros "apetrechos".

Em 16 de janeiro de 1996, teve sua prisão preventiva decretada, mas ficou foragido durante seis meses, e em novembro do mesmo ano saiu sua sentença: de um a cinco anos.

Pasmem! Por intermédio de um acordo, ficou decidido que ele deverá pagar uma fiança de R\$ 200,00 por mês, durante dois anos, ao Batalhão da Polícia Florestal. Segundo a vice-presidente da Associação de Defesa do Meio Ambiente (AMAR), Lídia Lucaski, o caçador fez ameaças de morte às pessoas supostamente envolvidas em sua denúncia.

Dois pesos, duas medidas? Mande sua opinião para o EA.

ECOTURISMO: BRASIL TENTA SUPERAR O ATRASO

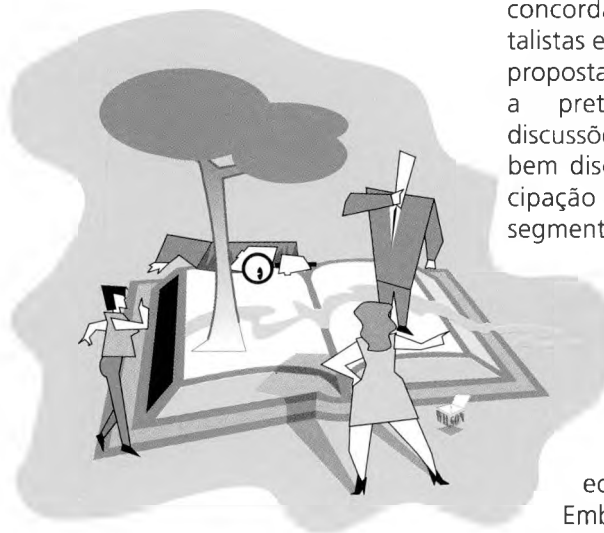
O crescimento do ecoturismo no Brasil está levando educadores, ambientalistas, empresários e governos a empreenderem esforços para superar divergências e, juntos, fixarem bases para a atividade no país. A tarefa não têm sido fácil, mas já começa a apresentar resultados: nos últimos anos, multiplicaram-se *workshops* e encontros entre os interessados, ao mesmo tempo em que começam a emergir as primeiras diretrizes estaduais para o setor. No entanto, tudo indica que há muito ainda a ser feito.

O debate em torno do ecoturismo no Brasil ganhou corpo desde que o governo federal formou, em abril de 1994, um grupo de trabalho interinstitucional, no âmbito dos ministérios da Indústria, Comércio e do Turismo (MICT) e do Meio Ambiente (MMA), para a elaboração de diretrizes nacionais para a o setor.

Agregaram-se, aos técnicos do MICT/ Embratur e do MMA/Ibama, representantes da sociedade civil organizada e empresários para um *workshop* ocorrido em Goiás Velho (GO), poucos meses depois. Desse encontro, saiu a primeira versão das "Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo", que acabou sendo publicada no fim de 1994.

As chamadas "diretrizes" vêm cumprindo papel importante nas discussões sobre ecoturismo. "O documento estimulou a discussão nos Estados e alguns já até produziram um documento próprio", afirma Célia Serrano, coordenadora de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, Turismo, Agricultura e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, órgão formulador da primeira versão das diretrizes estaduais, divulgada no último mês de janeiro. Com ela, concordam educadores, ambientalistas e empresários, para os quais a proposta do governo federal não teve a pretensão de encerrar as discussões. "O documento federal foi bem discutido, contou com a participação de representantes de vários segmentos; foi um bom primeiro passo", garante o biólogo Luís

Fernando Ferreira, diretor da Bioma Educação e Assistência Ambiental, empresa de consultoria que vem coordenando oficinas de capacitação em ecoturismo, com o apoio da Embratur, em vários Estados.



editorial

A formulação de diretrizes oficiais do governo, tanto para o ecoturismo quanto para a implementação da educação ambiental na esfera formal, leva-nos a algumas reflexões.

A participação cada vez maior de especialistas de educação ambiental junto ao governo, aumenta as chances de que a qualidade técnica dos produtos esteja assegurada, mas não necessariamente a de que sua eficácia seja garantida.

Há sempre o risco de que as formulações não sejam plenamente adequadas à nossa multifacetada realidade social, ambiental, institucional, política.

Tratando-se de uma área de conhecimento e ação ainda pouco sistematizada, outro risco é o da promoção de casuísmos que inibam a livre experimentação.

Por outro lado, diretrizes explícitas servem de base para o próprio processo de sistematização da área, podendo cumprir papel fundamental na discussão de temas que constituem a essência de nosso cotidiano.

Nesse contexto, um permanente fluxo de informação entre os educadores ambientais e sociedade pode ser o mais efetivo redutor de riscos nesse processo. O Educador Ambiental se propõe a ser um canal de informação e discussão. Este espaço também é seu. Participe!

ENDEREÇOS ÚTEIS:

The Ecotourism Society - P.O. Box 755 - North Bennington - VT 05257 - USA - Fone: (802) 447-2121 - Fax: (802) 447-2122

email: ecotsoc@igc.apc.org - **Instituto de Ecoturismo do Brasil** - Rua Wanderlei, 750 - SP-SP - 05011-001 - Fone: (011) 262-2069

EMBRATUR

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL, MMA e MICT. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo.* Brasília, EMBRATUR, 1994.

CEBALLOS-LASCURIAN, Hector. **"O Ecoturismo como Fenômeno Mundial"**. *Ecoturismo - um guia para planejamento e gestão*, Ed. Senac, 1993. pp. 23-30. EVER, Shirley, *Beyond the green horizon: a discussion paper on principles for sustainable tourism*, Washington, Tourism Concern/WWF, 1992. WESTERN, David. **"Definindo ecoturismo"**. *Ecoturismo - um guia para planejamento e gestão*, Ed. Senac, 1993. pp. 13-22. Há várias definições para o turismo sustentável na natureza, ou ecoturismo. A *The Ecotourism Society* o define como: "Ecoturismo é a **viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local**". Por outro lado, a EMBRATUR o define como: "Ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e **busca formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas**".

espaço do leitor

Do outro lado do mundo

A leitora Elisa Henning manda e-mail contando o que descobriu em Kyoto, no Japão: "Ao entrar em uma loja de venda de bichos, encontrei araras, papagaios, tamanduás, macacos e todas as espécies de bichos silvestres possíveis. A loja era muito movimentada e com certeza todos os animais seriam vendidos. Mais tarde soube que até cangurus são mantidos como bichinhos de estimação no Japão". (Elisa Henning - Joinville - SC)

Erramos

O educador Fabio Cascino foi citado erroneamente na matéria "Pâmetros básicos para a educação: Você é a favor ou contra?", como sendo mestre em educação. Ele informa que apenas concluiu os créditos necessários a obtenção do referido título, na Unicamp, no programa de Filosofia e História da Educação, mas não produziu nem defendeu dissertação. Atualmente Fabio Cascino é mestrando pela PUC-SP, no programa de Supervisão e Currículo - Educação.

"É preciso haver um compromisso entre as partes interessadas"

As diretrizes federais, são na verdade, uma primeira aproximação com a realidade do ecoturismo no país. De início, o documento assume que "o ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade em franca expansão, com taxas de crescimento anual próximos de 20%, mas ainda desordenada, impulsionada principalmente pela oportunidade mercadológica". Afirma, ainda, que "o ecoturismo, da forma como vem sendo praticado no país, deixa de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais esperados, o que compromete o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro no mercado interno e externo".

O documento apresenta, ainda, múltiplas interfaces do tema, estabelece um conceito, fixa objetivos - entre eles, o de "promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de EA"-, ações e estratégias, concluindo que o país tem grande potencial mal-aproveitado pela ausência de uma política orientada para o setor. Sua vocação é, de fato, funcionar como referência para o aprofundamento das discussões. Célia Serrano entende que não é necessário que o governo federal crie uma

legislação específica para o ecoturismo. "Não é preciso haver legislação para tudo; no caso do ecoturismo, algumas coisas só podem ser recomendadas", diz Célia Serrano. "O que é preciso é haver um compromisso entre as partes interessadas", afirma.

Apesar dos diferentes interesses que transitam pelo ecoturismo, as diretrizes federais parecem ter cumprido o papel de oficializar um certo consenso em torno do assunto. Governo, educadores, ambientalistas e empresários mais esclarecidos concordam que da maneira como o ecoturismo vinha sendo praticado, não dava. "De fato, havia muita gente se aproveitando do crescimento do ecoturismo e a intervenção do Estado é benéfica para disciplinar ações desarticuladas e oportunistas", diz o empresário João Allievi, dono de uma agência de ecoturismo em São Paulo e um dos diretores do Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB). Allievi, que foi o único representante da iniciativa privada presente à reunião de Goiás Velho, afirma que as diretrizes federais ajudaram a apaziguar divergências, inclusive dentro do próprio governo. "Eu me lembro que a Embratur chegou ao encontro

agência

FEIRA E CONGRESSO AMBIENTAIS ACONTECEM EM SÃO PAULO

De 25 a 29 de agosto deste ano acontecerão, em São Paulo, a Feira Internacional para Tecnologias Ambientais da América Latina e o Congresso Internacional Sobre Problemas Ambientais nos Centros Urbanos. Mais informações na Biosfera, pelo telefone (021) 221-0155 e fax (021) 262-5946.

LIVRO ORIENTA EDUCADOR DE ACORDO COM O LOCAL ONDE VIVE

O livro "Educação Ambiental na Escola", da professora Maria Ribeiro Pires, ajuda os educadores na definição de planos de educação ambiental. O manual separa cada caso de acordo com as características do lugar onde o professor atua. O livro pode ser encontrado na editora Soluções Criativas, na Av. Clara Nunes, 25-A, Bairro Renascença, CEP 31130-680, Belo Horizonte - MG. Tel/fax: (031) 444-9127.

UM OLHO NO MERCADO, OUTRO NA NATUREZA

Paralelamente aos encontros e workshops, a adesão empresarial ao ecoturismo cresce em proporções inéditas. No último mês de fevereiro, jornais de São Paulo e Rio de Janeiro publicaram matérias sobre o assunto, afirmando que estima-se em 1,5 milhão o número de pessoas que fizeram passeios ecológicos no ano passado no Brasil. No Amapá, o município de Serra do Navio, encravado sobre montanhas de manganês em plena floresta amazônica, espera que o ecoturismo o ajude a sustentar seus 5 mil habitantes, já que a exploração mineral será desativada em menos de dois anos. No Pantanal, pecuaristas estão abrindo seus vistosos latifúndios para o ecoturismo como forma de "engordar sua renda". Alguns desses empreendedores declaram que pretendem substituir, em dois anos, a pecuária pelos passeios ecológicos.

Guilherme Rondon, dono do Recanto Barra Mansa, é um dos novos empresários pantaneiros adeptos do turismo ecológico. Ele confessa não conhecer as diretrizes federais, que seus passeios não têm qualquer componente relacionado à EA e que os guias, funcionários da fazenda, não passaram por cursos de capacitação. Rondon, entretanto, diz ter consciência de que se não explorar apropriadamente as belezas naturais de seu paraíso privado, pode perder tudo. "Aqui, nós recebemos grupos pequenos, de no máximo 12 pessoas, em geral interessadas no convívio saudável com a natureza", informa. "Não permitimos a caça ou a pesca predatória; ninguém leva nada daqui", afirma Rondon.

No entanto, Rondon começa a se interessar pelas discussões acerca do ecoturismo. Ele e outros empresários do Pantanal estiveram em um encontro, ocorrido em Campo Grande no mês de janeiro, sobre os rumos do ecoturismo na região. João Allievi, da IEB, afirma que já existe uma sensibilidade empresarial para a prática adequada do ecoturismo. "As diretrizes federais estão norteando as ações da iniciativa privada, em encontros com profissionais e empresários interessados no ecoturismo", informa. "As agências operadoras sabem que o Estado está interessado no assunto e que se elas implementarem programas de acordo com suas diretrizes, poderão contar com seu apoio", garante.

“Quem está decidindo sobre o bem-estar das comunidades?”

dizendo: ‘vamos fazer ecoturismo nos nossos parques’. E o Ibama retrucava: ‘nos nossos parques, não!’”. Segundo ele, eliminar essas diferenças ajudou a avançar a discussão.

Ainda que as discussões tenham avançado, por parte dos educadores permanecem preocupações quanto ao próprio conceito de ecoturismo e quanto aos impactos que os projetos ecoturísticos podem vir a produzir. Há pelo menos dois conceitos de ecoturismo que vêm sendo considerados: um, produzido pelo Embratur e divulgado nas “diretrizes”, e outro da The Ecotourism Society, uma não-governamental dos EUA (veja os conceitos na página 2). A definição da Embratur, apesar de ser produto da discussão entre diversos interessados, comporta certa subjetividade. “Quem está decidindo sobre o ‘bem-estar das comunidades envolvidas’?”, perguntam os educadores Roberto Varjabedian, da Noosfera, e Fábio Raimo, do Senac, preocupados com os rumos futuros do debate nacional. Para eles, há uma série de questões ainda

não-respondidas quando se fala em sustentabilidade da diversidade biológica e cultural e na divisão dos benefícios para as comunidades das áreas visitadas.

Distante das discussões conceituais, Sílvia Mitraud, do WWF, afirma que a preocupação da não-governamental que representa é outra. “Para nós, importa mais a prática do ecoturismo que a discussão do conceito”, diz. “Estamos preocupados com os malefícios e os benefícios que podem ser gerados por essa prática; por isso é necessário controle e monitoramento das atividades”. Nessa direção, o WWF está preparando grupos internos para implementar seus próprios projetos. “O nosso objetivo é ter um modelo forte, calcado na experiência”, informa Mitraud. Uma das conclusões desses grupos é de que “o ecoturismo praticado não aproveita seu potencial de geração de benefícios para as comunidades e para a conservação”, conforme se pode ler num recente documento da entidade. ■

Parâmetros básicos para a educação

EM 1994, O MEC, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL (SEF), DESENCADEOU A FORMULAÇÃO DOS CHAMADOS PCNs, OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, UM DOCUMENTO QUE DEVERÁ, QUANDO INSTITUÍDO, ORIENTAR PARTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL. NA EDIÇÃO PASSADA, O EA APRESENTOU A DISCUSSÃO AOS LEITORES, RELATANDO COMO OCORREU A CONFEÇÃO DOS PCNs E AS PRINCIPAIS CRÍTICAS QUE VEM SENDO FEITAS AO DOCUMENTO. NESTA EDIÇÃO, CONTINUAMOS O DEBATE, COM NOVOS PONTOS-DE-VISTA SOBRE OS PCNs.

O biólogo e educador ambiental Hélvio Moisés, um dos pareceristas selecionados pela Secretária de Ensino Fundamental (SEF), para analisar a primeira versão do PCN para o Meio Ambiente, não entende que o processo foi arbitrário. Tampouco concorda que o tempo para a análise do documento foi insuficiente. “Tive entre 15 e 20 dias para ler, opinar e emitir minhas conclusões”, diz. Ele vê mais méritos que defeitos na iniciativa do MEC. “Com os PCNs, o governo explicita uma política e afirma a não-neutralidade do processo educativo ao colocar os temas transversais como necessidades curriculares”, interpreta Hélvio Moisés.

Sílvia Pompéia, física com mestrado em Ciência Ambiental pela USP, foi a educadora escolhida pela SEF para acompanhar a formulação do tema transversal Meio Ambiente. Ela concorda que a primeira versão do documento foi fortemente influenciada pelas equipes do MEC. No entanto, considera a atual versão satisfatória, ressaltando que a proposta está ainda em formação. “A visão ambiental é um dos melhores motivos para que alunos e professores reflitam sobre a realidade ambiental, diz, a respeito da inserção da Educação Ambiental nos PCNs. Para Sílvia “os parâmetros vão permitir a criação de textos e de matemáticas

voltadas para a realidade, numa perspectiva de louvor à vida”.

NA GAVETA

Parte dos críticos da atual versão do documento têm dúvidas quanto à sua capacidade em dar conta das singularidades próprias a cada região do país. Segundo a assessora da SEF, Neide Nogueira, com os parâmetros o MEC não pretende determinar os conteúdos dos currículos escolares, mas criar um instrumento que sirva de referência para as diversas instâncias envolvidas no processo educacional, dos gabinetes de Brasília às salas de aula. Neide Nogueira diz que os PCNs foram concebidos para abarcar a

especificidade própria de cada região. "De saída, o documento já garante isso por não ter caráter obrigatório: o professor pode usá-lo da maneira que quiser, ou não usá-lo. A gente trabalhou num nível geral, naquilo que é essencial e portanto direito de todos os brasileiros", afirma a assessora do MEC.

Entretanto, o educador Fábio Cascino crê que não se garante atenção à diversidade com a ausência de obrigatoriedade. Para Cascino, a pressão do governo impediu que experiências muito úteis aos PCNs fossem contempladas. Para ele, só assim se poderia alcançar a desejada pluralidade de opiniões. "No interior de São Paulo existem organizações cooperativas onde os professores se organizam e criam práticas pedagógicas próprias. A

riqueza embutida nessas experiências contribuiria para criar um documento mais plural, com menos riscos de que ele acabe ficando na gaveta", sentenciou o educador.

Para não acabar na gaveta, os educadores dizem ser fundamental que programas especiais ocorram junto às secretarias e escolas. Para o professor Hêlvio Moisés, o grande desafio será trabalhar as idéias e conceitos próprios dos temas transversais no ensino fundamental. "Os PCNs prevêm um programa de treinamento para os docentes, sem os quais o projeto fica inócuo", afirma. A educadora Sílvia Pompéia concorda, afirmando que esta será a ocasião para valorizar o papel do professor no processo educativo. "O PCN para o Meio Ambi-

ente tem que ser parte de um processo de trocas de experiência; dependerá da capacitação dos professores, não apenas através da Educação à Distância, mas através de encontros nos quais se possibilite a troca de experiências", diz.

Apesar de ainda não ter fixado programas específicos de apoio aos PCNs, Neide Nogueira afirma que o MEC pretende estabelecer convênios com as secretarias de Educação, usar a TV Escola para trabalhar e esclarecer conteúdos e promover parcerias para desenvolver material didático e subsídios para os educadores. No entanto, a assessora da SEF afirma que "quem tem que efetivar os programas são as redes e as próprias escolas".

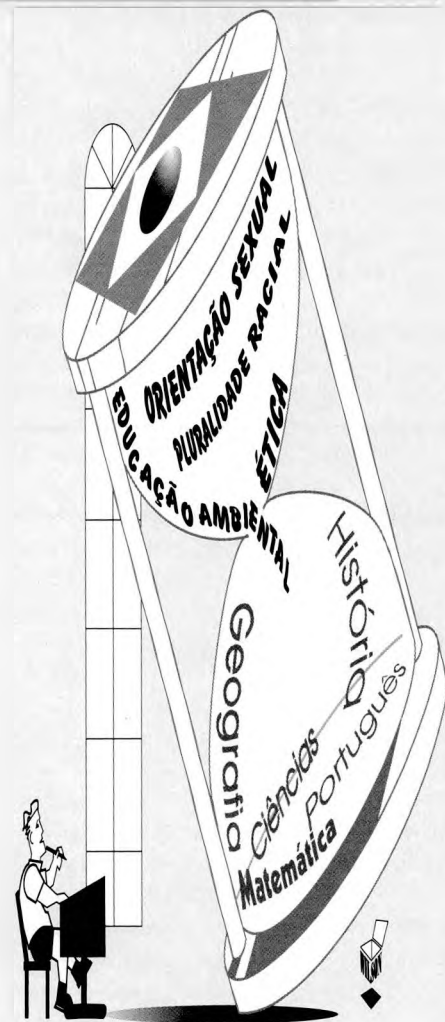
TEMAS TRANSVERSAIS SUSCITAM MAL-ENTENDIDOS

A exemplo do que ocorreu com toda a primeira versão dos PCNs, a escolha dos temas transversais partiu das equipes contratadas pela SEF/MEC. "As questões são muitas, mas era preciso selecionar aquelas de caráter nacional, sem que isso eliminasse outras que as escolas podem trabalhar, se julgarem necessário", informa a assessora da SEF, Neide Nogueira. Nessa perspectiva, Meio Ambiente, Ética, Orientação Sexual, Saúde e Pluralidade Cultural acabaram escolhidos como temas transversais. Temas que, segundo Neide Nogueira, demandariam "uma mudança de atitude mais rapidamente" e estariam aptos a serem traduzidos para o ensino fundamental.

As reações dos diversos segmentos interessados nos parâmetros federais evidenciam que a SEF precisará investir em um esquema de esclarecimento acerca da proposta. Afora as críticas, muitos equívocos têm sido ditos a respeito das modificações almejadas pelo MEC com os parâmetros. Um deles, é de que os temas transversais se constituíram em novas disciplinas curriculares. Outro é de que "transversalidade" é um conceito novo.

Neide Nogueira esclarece que uma das premissas dos parâmetros é de que os temas sociais não devem produzir novas disciplinas. "As áreas clássicas já trazem embutidos esses temas; o que se está propondo é que estas questões sejam explicitadas, sejam debatidas, que os próprios educadores analisem os valores que eles estão passando, de forma a buscar uma coerência com aquilo que querem afirmar", diz. Exemplificando, questões associadas ao Meio Ambiente deveriam, segundo as orientações dos PCNs, ser salientadas em aulas de Geografia, Matemática, História e demais matérias, sem constituir nova disciplina.

Apesar das confusões, o conceito de transversalidade não é novo no âmbito da Educação. Segundo o especialista Fábio Cascino, "transversalidade é um novo nome para uma idéia velha". "No Regime Militar, quando vigorava um modelo educacional inspirado no norte-americano, pretendia-se que a ação educativa tivesse a capacidade de profissionalizar os alunos; essa era a idéia transversal: que a formação de mão-de-obra cruzasse as disciplinas", recorda o educador.



EXPERIÊNCIAS PARADIGMÁTICAS

Enquanto a presença de temas relacionados à cidadania é novidade no âmbito das diretrizes curriculares federais, escolas da rede particular e pública do país vão acumulando experiências que atestam as possibilidades de concretização dos chamados temas transversais no ensino fundamental.

O Colégio Bandeirantes, freqüentado pela classe média alta paulistana, implementou há pouco mais de um ano o projeto São Paulo Aprendizagem Compartilhada em Equipe (Space). O intuito do projeto é proporcionar aos alunos de 8ª série a oportunidade de vivenciar, de forma interdisciplinar, questões relacionadas ao exercício da cidadania. "Aqui, há uma crença forte em cursos transversais, onde o aluno pode desenvolver capacidades sem ser cobrado academicamente", informa Clarice Kelbert, socióloga e uma das idealizadoras da experiência. Segundo disse, o Space pretende integrar o conhecimento adquirido anteriormente, permitindo que os alunos experimentem esse conhecimento dentro do mundo que o cerca.

A experiência em curso no Bandeirantes difere daquela formulada no âmbito dos PCNs por consagrar um espaço próprio para o tratamento das temas escolhidos. Segundo Kelbert, a idéia de tratar os temas transversais dentro das áreas clássicas, como propõe os parâmetros, não garante uma assimilação adequada dos valores passados. "No Bandeirantes, essas atividades acabaram virando parte da grade curricular; decidimos fazer isso para valorizar um espaço onde professor e aluno têm um papel diferenciado, e para que o aluno vivencie essa interdisciplinariedade e tenha tempo

para incorporar esses valores".

Os primeiros cursos transversais foram Prevenção e Uso de Drogas e Orientação Sexual, ambos sistematizados na grade curricular de 5ª à 8ª séries. Segundo a professora, experiências como a do Space exigem um esforço especial para serem implementadas. "Quando se pensou nisso, paramos para pensar se tínhamos pessoas preparadas para trabalhar esse espaço, pois aí o professor deixaria de ser um professor clássico para assumir uma postura de facilitador", explica. Um esforço conjunto foi necessário a fim de criar as condições para que o projeto fosse implementado. "Os professores tiveram que ser reciclados, foi criada uma mini-biblioteca sobre cada tema e formada uma assessoria permanente de terapeutas e médicos", informa a socióloga, sem disfarçar seu entusiasmo.

Apesar de defender a necessidade de atividades multidisciplinares em sala de aula, Clarice Kelbert sabe que nem todas as escolas, principalmente as da rede pública, têm condições de executar um programa como o Space. Ainda assim, ela acha que é possível arriscar experiências. "A Secretaria de Meio

Ambiente se interessou pelo Space no ano passado e tem convidado os professores para transmitir essa experiência a profissionais da rede pública", informa.

No Espírito Santo, outra experiência original está em curso. Através do projeto "Mangue Urgente", uma escola de primeiro grau instalada na UFES está levando seus alunos de

5ª a 8ª séries a travar contato com os manguezais próximos ao campus. Segundo a educadora Martha Tristão, uma das professoras envolvidas no projeto, os alunos são levados até esse ecossistema, atualmente ameaçado pela especulação imobiliária, e lá são estimulados a compreender e valorizar a complexidade de sua fauna e de sua flora. As crianças coletam amostras de plantas e do solo e vão para as salas de aula estudá-las, dentro das disciplinas de Geografia e Ciências.

Segundo Martha, o estudo dos manguezais é parte de um projeto maior, instituído em meados de 1991, chamado Educação Ambiental: uma proposta interdisciplinar. "O projeto adquiriu consistência em 95, a partir de um diagnóstico sobre a percepção ambiental dos professores de todas as disciplinas". O diagnóstico revelou que a grande maioria dos professores possui ainda uma visão antropocêntrica da questão ambiental, sem a abrangência que o tratamento atual vem exigindo. A partir disso, reuniões periódicas têm sido feitas para aprofundar a visão ambiental dos professores, dentro de uma perspectiva interdisciplinar. ■



Visitar e Compartilhar a Natureza

Rita Mendonça

O professor Joseph Cornell, atualmente um dos mais respeitados educadores naturalistas do mundo, vem desenvolvendo, desde os anos 70, exercícios, jogos e brincadeiras que visam promover uma aproximação e interação do indivíduo com a Natureza. Seus jogos são aparentemente simples, mas têm um enorme potencial para quem quiser aprofundar essa relação. É um processo que pode ser permanente, se o participante se dispuser a ir cada vez mais longe na percepção de seu ambiente.

Para Cornell, a verdadeira definição de educação, que abrange educação ambiental, é a sugerida por J. Donald Walters: "É a habilidade de se relacionar com outras realidades, e não apenas com a sua própria". No fundo, nós estamos ligados a todas as formas de vida, só que não percebemos mais. No nosso dia-a-dia quase não nos damos conta deste afastamento e de quão longe é o caminho para nos reencontrarmos verdadeiramente com elas.

Com o desenvolvimento do ecoturismo, o desejo de visitar a Natureza vem aumentando. Pessoas que nunca tinham pensado nisso, agora buscam novas formas de turismo e vão acabar se deparando com paisagens deslumbrantes, árvores centenárias, cachoeiras cintilantes, montanhas e vales maravilhosos, vilarejos, outros povos. Tudo isso provocando emoções diversas. Mas por estarmos tão mergulhados nessa vida moderna, urbana, mecanizada, individual, artificial, perdemos o canal de comunicação com a Natureza. Estamos visitando as poucas áreas naturais que restam com o mesmo desinteresse que atravessamos as grandes avenidas e viadutos de nossas cidades. Perante espetáculos grandiosos da Natureza, conseguimos parar apenas alguns minutos, o

suficiente para dizer algo ou para tirar uma foto. É por isso que o trabalho pioneiro de Joseph Cornell tem uma especial importância para quem atua com ecoturismo.

Para que as pessoas possam encontrar um sentido mais profundo para suas vidas e poder realmente desfrutar, compartilhar e desejar a conservação do mundo natural como algo indissociável de sua própria essência, é preciso se preparar, reaprender. É como entrar em contato com um novo idioma. É criar as bases para o início de uma nova relação, em que a razão sucede o sentimento.

É muito difícil resgatar a percepção de que pertencemos ao mundo natural, se vivemos em uma sociedade em que prevalece tudo o que é contrário ao sentido restaurador do indivíduo e da Natureza (1). Enquanto sociedade, vivemos sob o desejo de nos apropriarmos dela, e não de nos conhecermos com seus filhos. Para satisfazer nossas "necessidades" de consumo, nós a transformamos em simples recurso, para utilizarmos hoje ou no futuro.

Cornell gosta de citar Henry David Thoreau: "Você não pode perceber a beleza se não estiver com a mente serena". Sua proposta de trabalho visa atuar nesse preparo: possibilitar que os indivíduos a percebam e se envolvam com ela. Quando as pessoas expandem sua auto-identidade para incluir todas as coisas como parte de si mesmas, então elas começam a realmente se interessar e cuidar da Natureza.

Esse trabalho abre as portas para questões otimistas: será que finalmente as pessoas terão a oportunidade de se integrar com a Natureza, desfrutar dela de forma a reencontrar o sentido próprio para tudo aquilo que fazem? Será que o educador ambiental vai finalmente alcançar seus objetivos de demonstrar

o valor intrínseco da Natureza, de uma forma vivenciada, resgatar sentimentos de respeito, admiração, indo muito além da idéia simples de utilidade?

Visitar uma área natural e observar a imensa diversidade que a compõe, reparar nas suas formas, cores, individualidades, pensar e sentir de que maneira fazemos ou não parte dela, pode ser uma boa oportunidade de resgatar valores e sentidos adormecidos. Há um enorme trabalho pela frente para aqueles que se interessam em se aprofundar nessa linha de trabalho, e o ecoturismo tem um especial potencial para isso. Cornell escreveu, até agora, quatro livros. O primeiro deles já está em português: Brincar e Aprender com a Natureza.

De tudo que existia de áreas naturais, resta hoje muito pouco. Em todo o mundo. Se o ecoturismo existir para dar continuidade, ainda que de outra forma, a esse antigo processo de devastação, então não estará atendendo minimamente a expectativa de ser sustentável e colaborar com a conservação da Natureza. Qual o sentido de visitar a Natureza se não for para encontrar as bases para a transformação de nós mesmos e de nossa sociedade?

Conforme ensina Cornell, amar, respeitar e compartilhar a Natureza é possível e absolutamente necessário.

1) Matsushima, K. "Dilema contemporâneo e educação ambiental: uma abordagem arquetípica e holística", Em Aberto, V10 nº 49, Brasília, 1991.

Rita Mendonça é bióloga e socióloga e vem atuando como consultora autônoma nas áreas de planejamento, turismo e educação ambientais. É docente do Senac/SP nos cursos de Turismo Ambiental e Planejamento e Marketing Turísticos, e sócia-diretora da Caminhos do Campo. Tem trabalhado em estreito contato com Joseph Cornell.

agenda

artigos técnicos

CADERNO TRAZ
RESPOSTAS
SOBRE COLETA
SELETIVA

O Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), lança seu terceiro caderno de reciclagem com o tema Coleta Seletiva em Escolas. O caderno apresenta respostas para questões do tipo:

O que é coleta seletiva? Qual a ligação com o processo de ensino-aprendizagem? Inf.: Praia de Botafogo, 228/119-B, CEP 22250-040, Rio de Janeiro - RJ. Tel.: (021) 553-5530 e fax (021) 553-5760.

WWF LANÇA
DISQUE-PANDA

A organização não-governamental WWF (Fundo Mundial para a Natureza) lançou um serviço de informações ecológicas pelo telefone 0900-616161, que fornece informações sobre o WWF e seus 40 projetos no Brasil. Além disso, dá dicas ecológicas, condições dos biomas brasileiros e explica como agir em casos de agressão ao meio ambiente. As ligações custam R\$ 1,90 por minuto e o serviço funciona das 8h às 20h.

ECOLOGIA GLOBAL E PEDAGOGIA COTIDIANA
DO AMBIENTE NA AMÉRICA LATINA

Marcos Reigota

O ano de 1992 foi marcado por três acontecimentos de repercussão mundial tanto para a ecologia global como para a América Latina: a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, os quinhentos anos da colonização da América Latina e o início do funcionamento da Comunidade Européia.

A Eco-92 permitiu que os problemas ecológicos do continente fossem discutidos em nível internacional tanto pelos representantes dos governos como pela sociedade civil. Esse importante encontro, celebrado vinte anos após a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972, representou um ponto de transição para a problemática ambiental na América Latina, que deixou de ser um assunto exclusivo dos governos dos países do continente e da atuação de grupos ecologistas minoritários, e passou a ser um tema de discussão e de preocupação de políticos e tomadores de decisões, de intelectuais e artistas, das igrejas e universidades, dos sindicatos e meios de comunicação de massa, dos diversos movimentos sociais e também do homem comum.

A Eco-92, coincidindo com os quinhentos anos da conquista da América Latina, trouxe uma reanálise do modelo de desenvolvimento, do genocídio e da degradação das culturas autóctones, assim como da exploração dos recursos naturais, impostos pelos países colonizadores.

O momento histórico contemporâneo caracteriza-se pela formação de novos blocos políticos, militares e econômicos, que repercutem nos estilos de desenvolvimento dos países pobres do terceiro mundo. Exemplos dessa formação são a Comunidade Européia, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte e o Mercosul na América Latina. A rapidez com que os blocos comerciais foram criados no novo continente prevaleceu sobre propostas mais amplas de integração continental, elaboradas desde os tempos de Bolívar e de José Martí, que incluíam em suas considerações a relação de dominação dos países colonizadores sobre os povos da América Latina, o reconhecimento das identidades nacionais e latino-americanas desses além da valorização de suas heranças culturais.

Depois da Segunda Guerra Mundial e da ameaça nuclear sobre o planeta e a humanidade, temos que pensar não só na nossa identidade cultural, mas também na nossa contribuição e presença no mundo. Octavio Paz, em seu livro "El Laberinto de la Sociedad" ("O labirinto da sociedade"), inaugura uma nova fase do pensamento latino-americano, na qual, pela primeira vez na história, somos contemporâneos de todos os homens.

Um dos aspectos que caracterizam a nova geração de intelectuais é a tentativa de vencer a ambigüidade em relação às metrópoles culturais, políticas e econômicas e às posições nacionalistas, para situar-se dentro dos desafios contemporâneos inaugurados com o final da guerra fria, a globalização, os problemas ecológicos e as reivindicações das comunidades indígenas.

A América Latina não é apenas um continente delimitado pela "objetividade" da sua história e sua geografia, mas o é também pelo espaço físico onde se expressam quotidianamente comunidades e indivíduos de origem afro-asiática-indígena-latina, no qual se manifesta o conflito da incorporação de culturas diferentes que gera novos territórios intersubjetivos.

As problemáticas sócio-ambientais do continente, vinculadas aos problemas ecológicos de dimensão planetária, representam um desafio teórico e prático. As novas relações entre os hemisférios Norte e Sul passam necessariamente por uma relação de conhecimento e reconhecimento de um pelo outro. Um diálogo com esse alcance não será uma tarefa fácil, considerando que as posições desses países estão impregnadas de posturas e interesses que dificultam (mas não impossibilitam) a compreensão mútua.

A integração não deve ser difícil, basta querer

A abertura e a disponibilidade para receber o estrangeiro são patentes na nossa história, na literatura, na música, nas artes, na vida cotidiana e no sentido comum do latino-americano. Essas características podem viabilizar também uma cooperação internacional nos aspectos ecológicos que teria consequências favoráveis para o continente e para o planeta, e isso sem renunciar aos nossos princípios, às nossas culturas e às nossas necessidades.

agenda

Uma série de medidas concretas já foram propostas nessa direção, como, por exemplo, a participação de profissionais do hemisfério Sul nos projetos sobre o meio ambiente e desenvolvimento elaborados nas instituições internacionais geralmente localizadas no Norte, a maior descentralização das informações e a diversidade lingüística na produção de documentos, a difusão das perspectivas do Sul e a revisão dos paradigmas de desenvolvimento estabelecidos pelos países do Norte.

No período inicial do movimento ecologista latino-americano, era constante a argumentação a favor da participação popular. Essa idéia estava relacionada com a reivindicação por democracia, principalmente nos países com regimes militares, cujas políticas de desenvolvimento eram realizadas e conduzidas por tecnocratas. Hoje, esse argumento não é mais uma exclusividade dos grupos de oposição às ditaduras, pois a participação popular não pode ser um reflexo de políticas populistas nem de políticas de transferência para a população de obrigações do Estado. A participação popular deve ser entendida como o exercício autônomo dos indivíduos e das coletividades em termos nacionais e globais.

Educação Ambiental não deve se restringir a "elite acadêmica"

Dessa forma, a educação em geral, e a educação ambiental em particular, são os eixos básicos para o desenvolvimento das propostas e ações fundamentadas na ecologia global. Isso dependerá muito da filosofia e da qualidade da formação das elites e da população em geral, assim como do estabelecimento de relações entre os hemisférios Norte e Sul que estejam baseadas nos princípios de equidade, justiça e sustentabilidade.

A complexidade da problemática ambiental na América Latina exige a participação de todos na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento sustentável. Todavia, até agora, destaca-se a participação da "elite acadêmica" que tem acesso à formação universitária superior e da "intelligentsia" produtora de idéias, conhecimentos, comportamentos e bens culturais.

Recentemente, foram iniciados numerosos cursos de formação em ecologia e meio ambiente nas universidades latino-americanas e fora delas. Esses profissionais e especialistas, porém, não podem se considerar como os únicos agentes sociais responsáveis pelos projetos de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, grande parte desses cursos baseiam-se nos paradigmas clássicos das ciências e da educa-

ção, sem levar em consideração as transformações que esse tipo de formação exige.

Com respeito à formação da elite latino-americana, é necessária uma mudança radical de mentalidade sobre a aquisição, transmissão e transferência do conhecimento. O papel de profissionais do Sul nas universidades e nos centros de pesquisas do Norte não deve limitar-se ao de meros consumidores de programas de treinamento, mas também ao de participantes ativos, como membros das equipes de professores e pesquisadores.

Pensar global e agir localmente continua sendo a meta

Na formação dos profissionais, sejam do Norte como do Sul, é fundamental que os currículos tenham uma visão planetária, com uma perspectiva de longo prazo sobre o fim do colonialismo cultural e uma de médio prazo sobre a solução dos problemas cotidianos básicos da população.

Nos currículos, além dos conteúdos específicos, é preciso considerar os problemas lingüísticos e o contexto cultural, político, social e ecológico das diferentes populações envolvidas. A metodologia deve estar baseada em diálogos, onde se confrontem diferentes conhecimentos e intenções de todos os agentes do processo educativo.

Uma formação específica em ecologia global e meio ambiente realizada nesse sentido traria consequências positivas. Todavia, é difícil visualizá-la no contexto das instituições tradicionais de ensino, onde o professor (do Norte) ensina e o aluno (do Sul) aprende. As novas instituições e os cursos oferecidos pelas universidades devem estabelecer uma pedagogia que leve em consideração o fato de não se aprender algo de alguém, mas sim com alguém.

Uma transformação acadêmica nessa direção deve questionar as estruturas hierárquicas do conhecimento e do poder. Poucas instituições estão em condições de enfrentar essa situação, deixando essa possibilidade inovadora aos espaços de produção e difusão do conhecimento que não se fundamentam na "validação do conhecimento" por meio de títulos e certificados, mas que possibilitam concretamente a instrumentação teórica e técnica no campo da ação, procurando assim resolver os graves problemas ecológicos e sociais da nossa época.

Marcos Reigota, é doutor em Pedagogia da Biologia pela Universidade Católica de Louvain (Bélgica), mestre em Filosofia da Educação pela PUC-SP, e autor dos livros *Meio Ambiente e Representação Social* (Ed. Cortez, 1995) e *O que é Educação Ambiental* (Ed. Brasiliense, 1994)

CONSERVAÇÃO E MANEJO DO CERRADO

Resultado de um seminário e de um workshop realizados em 1989 pela Fundação Pró-Natureza (Funatura), o livro Alternativas de Desenvolvimento dos Cerrados: Manejo e Conservação dos Recursos Renováveis é um alerta à falta de atenção do governo e sociedade para com o bioma que ocupa um quarto do território brasileiro. Inf.: SCLN 107, Bloco B, Salas 201/11, CEP 70743-520, Brasília - DF.

ÁRVORES FLORIDAS SÃO TEMA DE CONCURSO DE FOTOGRAFIAS

Já está marcada a data para a inscrição, até 1º de outubro, do Concurso BBA Creditanstalt de Fotografias, cujo o tema é Árvores Floridas. O concurso exige uma foto colorida e que a árvore fotografada seja em território brasileiro. O primeiro colocado receberá R\$ 10.000, segundo R\$ 7.000, e o terceiro R\$ 4.000. Envie para o Banco BBA Creditanstalt, na Avenida Paulista, 37, 10º andar, CEP 01311-902. Tel.: (011) 281-8000.

agenda

serviço

EDITORA LANÇA
COLETÂNEA DE
FOTOGRAFIAS

O livro *Verde Len-te*, autoria de Zé De Boni, é uma coletânea de fotografias que reúne 184 imagens de 67 fotógrafos contemporâneos que fazem um alerta para a preservação do meio ambiente. Para adquirir seu exemplar envie o pedido para a editora Empresa das Artes: Rua da Consolação, 2851, CEP 01416-001, São Paulo. Tel.: (011) 853-5125, Fax (011) 282-7122.

LIVRO PRETEN-
DE
CONSCIENTIZAR
MICRO E PE-
QUENOS EM-
PRESÁRIOS

O Sebrae acaba de reeditar o livro *A Questão Ambiental - O que todo empresário precisa saber, com o objetivo de transmitir ao micro e pequeno empresário informações básicas sobre o meio ambiente. A publicação esclarece as normas de gestão ambiental que serão lançadas pela Série ISO 14000, editadas pela Organização Mundial de Normalização. Inf. no Sebrae-DF, no SIA Trecho 3, Lote 1.580, CEP 72200-030, Brasília - DF. Fax (061)*

Foi lançado em dezembro último pela Editora Gaia, o livro "Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: materiais impressos", que teve a coordenação de Raquel Trajber e Lúcia Helena Manzochi. O projeto fez o levantamento e coletou materiais impressos de educação ambiental produzidos no Brasil pelos mais diversos segmentos, que tivessem tiragem igual ou maior a 50 exemplares. Através de mala direta, foram contactadas 5500 pessoas e entidades ligadas ao setor, todas as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e de Educação, e todas as prefeituras do país. Além disso, foi pedido material às 70 principais editoras comerciais, cadastradas na Câmara Brasileira do Livro, e às universidades públicas e privadas.

O esforço da coleta resultou em um acervo de materiais diversificados, provenientes de todo o país, de todos os tipos de instituições e voltados para diversos públicos alvo. Foi definida uma amostra representativa do conjunto de materiais recebidos, que foi analisada por equipe de consultores especialistas, sob seis enfoques: lingüístico; literário infantil-juvenil; jornalístico; de educação popular e gênero; pedagógico e lúdico. A partir daí, foram elaboradas recomendações para a criação de futuros materiais para educação ambiental.

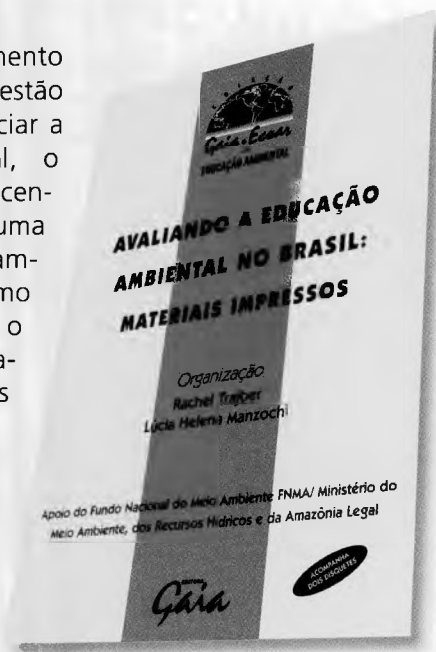
Entre os pontos desta-

cados para aprimoramento dos materiais está a sugestão de definir, antes de iniciar a produção do material, o público-alvo e o ponto central do tema. O uso de uma linguagem acessível também foi sugerido como fundamental para o aproveitamento do material por parte dos leitores.

Certos assuntos deveria ser contemplados com mais profundidade pelas publicações que lidam com educação ambiental. A contextualização histórica, social e política das questões ambientais deveriam ser uma constante dos veículos. Com isso, espera-se que os leitores não tenham uma visão parcial e fragmentada da realidade. Trabalhar com temas mais estreitamente ligados a alternativas de preservação e problemas de degradação também é desejável.

Pesquisa eletrônica

Além do livro, o levantamento gerou o Banco de Publicações em Educação Ambiental, que conta atualmente com 880 registros, e está dividido em dois sub-bancos: Monografias (livros didáticos, paradidáticos, literatura, jogos, catálogos/folders, cartilhas, eventos etc.) e Periódicos (jornais, revistas boletins e afins). Este banco circula encartado no livro, em disquete (na lin-



guagem Visual Basic, em ambiente Windows). No módulo de Consultas, é possível realizar buscas, a partir de critérios definidos de acordo com o interesse do usuário. São pesquisas por assunto, autor, título, data, tipo da instituição que produziu o material, entre outros, além de combinações desses itens. Depois da consulta, é possível visualizar na tela a listagem resultante, que pode ser impressa na forma de referência bibliográfica, por ordem alfabética de autor.

A comunicação da existência de novos materiais de educação ambiental, assim como sugestões e críticas para aprimoramento do trabalho serão muito bem-vindas, e podem ser feitas ao Instituto Ecoar para a Cidadania. Rua Coriolano, 28 - Vila Romana - CEP 05047-000 - São Paulo - SP. Fone: (011) 871.0370/0701. ■

agindo

agenda

Muda o Mundo, Raimundo!

Nome do projeto: Educação Ambiental no Ensino Básico do Brasil

Instituição responsável pelo projeto: WWF - Fundo Mundial para a Natureza

Natureza: não-governamental

O que é o projeto?

É um conjunto de estratégias e atividades que visam a formação e capacitação de profissionais do ensino básico para integrar educação ambiental às suas práticas cotidianas.

Fontes de apoio financeiro ao projeto: WWF e Ministério do Meio Ambiente. Apoio técnico do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação e Cultura, Unesco e Instituto Acqua (Fundação Roberto Marinho).

Quantas pessoas estão envolvidas no projeto?

A equipe conta com 17 pessoas, entre especialistas em Educação Ambiental, representantes do MMA, MEC, UNESCO e Instituto Acqua (Fundação Roberto Marinho) e do WWF.

Área de atuação do projeto: Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Velho, Recife e Curitiba.

Público Alvo: Profissionais do ensino básico, prioritariamente das escolas públicas.

Duração do projeto: Agosto de 1995 até o ano 2000

Quais as principais ações do projeto?

A) Elaboração de uma publicação, "Muda o Mundo, Raimundo! - Educação Ambiental no Ensino Básico do Brasil", destinada aos profissionais do ensino básico, que surgiu a partir de duas oficinas e várias reuniões, tornando-se parte das estratégias para alcançar o objetivo da proposta. A publicação, inédita no Brasil, é interativa e reconta a história do país sob a perspectiva ambiental situando, através da origem do povo brasileiro e da herança histórica, cultural, social, política e econômica que recebemos, o tema da educação ambiental, seus conceitos, princípios, métodos e características. O livro aborda também o conceito central dos trabalhos ambientais: o de sociedade sustentável. Relata ainda experiências desenvolvidas por profissionais do ensino básico em escolas públicas, rurais e urbanas e aprofunda temas relevantes à aplicação da educação ambiental em diferentes situações. Esta obra pretende estimular os profissionais do ensino básico a implementar seus projetos, atividades e programas baseados na realidade local de cada escola e comunidade.

B) Cursos para a formação de educadores ambientais. A fase de teste do projeto (outubro/96 a fevereiro/97)

inclui a leitura do livro, acompanhada de questionários, por especialistas e profissionais do ensino básico. Cursos para formação de educadores ambientais também estão sendo ministrados em todos os pólos do projeto. Uma terceira oficina reunirá a equipe de trabalho para avaliar os resultados da fase de teste, proceder as devidas alterações na publicação e definir as próximas etapas do projeto. A versão final da publicação terá 5.000 exemplares, com lançamento previsto para março de 1997, destinados à formação de educadores ambientais em todo o território nacional. Existe a possibilidade futura de alguma editora ou o próprio MEC imprimir o livro em grande escala.

Quais os principais êxitos do projeto? E desdobramentos e avanços?

O envolvimento de várias instituições públicas e privadas do país é um dos aspectos marcantes da proposta. Reuniões interinstitucionais foram realizadas nos pólos de trabalho, com a participação de Prefeituras, governos de Estado, ONGs e universidades. Os cursos para formação de educadores ambientais estão sendo promovidos com a maciça participação destas instituições, que estão, ao mesmo tempo, avaliando o projeto e elaborando propostas regionais para implementação de ações locais a partir de 1997. Trata-se de um esforço coletivo para incorporar educação ambiental no ensino básico do país. As próximas etapas das propostas serão definidas pelos diversos grupos de apoio, já que o projeto tem metodologia absolutamente participativa.

Os obstáculos foram superados? Como?

O principal obstáculo foi o pouco recurso financeiro disponível. Está se tentando ainda obter maiores recursos. Enquanto isso, o apoio institucional de diversos órgãos públicos e privados e o compromisso dos vários grupos de trabalho têm sido fundamentais ao desenvolvimento do projeto.

O que você diria para uma pessoa que está começando uma experiência agora?

Acho que Marcos Reigota conseguiu resumir bem isto: "É o momento de os brasileiros contribuírem à cidadania planetária com a nossa coragem e alegria, com a nossa competência e bom humor, com as nossas mínimas condições e enorme criatividade.

Mais informações sobre o projeto:

Coordenadora: Vera Rodrigues

Instituição: WWF - Fundo Mundial para a Natureza

SHIS QL 6/8, Conjunto E, 2º andar

CEP: 71620-430 - Brasília - DF

Fone: (061) 248.2899 - Fax: (061) 248.7176

E-mail: vera@wwf.org.br

326-1600.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL ACONTECERÁ EM CURITIBA

Acontecerá entre os dias 1º a 3 de abril, em Curitiba (PR), a Conferência Internacional Ecotecnológica 97, promovida pelo governo do Paraná e Comunidade Européia (CE), por meio do Programa América Latina Investimentos (AL INVEST). Os temas debatidos serão tecnologias para tratamento de efluentes, software para educação ambiental, entre outros. Inf.: (041) 254-8070.

JACARÉS BRASILEIROS SÃO CONTAMINADOS POR CHUMBO

Os jacarés brasileiros estão contaminados por chumbo originário de garimpos de ouro. O alerta foi divulgado por pesquisadores da Sociedade pela Conservação da Vida Selvagem, de Nova York. Esta patrocinou a pesquisa com o Caimon crocodilus - um jacaré de porte médio, e com o Melanosuchus niger, o jacaré-açu da Amazônia, com a ajuda de dois especialistas brasileiros, George Rabelo e Carlos Yamashita.

A EDUCADORA LÉA DEPRESBITERES, DOUTORA EM PSICOLOGIA ESCOLAR PELA USP, ESTEVE RECENTEMENTE AVALIANDO OS RESULTADOS DO PROJETO "MUDA O MUNDO, RAIMUNDO" COMO CONSULTORA DO WWF. ABAIXO, ELA NOS FALA UM POUCO MAIS DO PROJETO E DAS CONCLUSÕES QUE EXTRAIU DO ENCONTRO QUE TEVE COM OS PROFESSORES DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA, NO ESTADO DE SÃO PAULO.



Qual tem sido a reação dos professores do Estado diante do projeto?

O projeto, na verdade, pode ser encarado de uma maneira mais ampla: o projeto de capacitação e o livro propriamente dito. Em relação a esses dois eixos, a reação que eu tenho acompanhado é muito positiva, porque há pouca coisa nessa área de EA. Os professores estão ávidos por informações. Eu acompanhei bem de perto o treinamento no Vale do Ribeira (em Ilha Comprida) e foram 52 pessoas da região muito motivadas, muito ansiosas por informações.

Qual foi a duração do encontro e o que aconteceu nele?

Foram dois módulos num total de seis dias. Resumidamente, nesses encontros há todo um processo de sensibilização dos professores para que eles sintam a necessidade da EA. O que seria essa EA? Não é no sentido tradicional, só o cuidado com o meio ambiente físico. É o cuidado com o meio ambiente social, cultural, um conceito de EA bastante amplo. E os professores tiveram um susto ao ver a amplitude desse conceito e, mais ainda, de perceber o papel que eles têm nesse contexto. Depois, se aprofundam os temas: o lixo, a reciclagem do papel, o cuidado da própria comunidade de manter a cultura... Há uma gama de projetos, desde a horta até capacitar os próprios professores para eles serem multiplicadores da comunidade.. Termina com a elaboração de um projeto: o professor faz um projeto para sua escola, que vai ser acompanhado em 97. E, fora isso, o livro vai ser implantado e a gente está pensando em projetos de capacitação constantes e eu também vou ajudar a avaliar esse trabalho.

Há um conceito-chave no projeto, o de "sociedade sustentável". Como os professores têm compreendido esse conceito?

Esse conceito só vai ser incorporado a longo prazo. Eu acho que tem coisas muito iniciais, que são os

conceitos de meio ambiente e de EA. Eu fiz uma avaliação de qual era a representação social que esses professores tinham do meio ambiente e da própria EA. E era um conceito bastante físico, de natureza. Houve uma mudança, e agora é preciso incorporá-la em termos de atitudes.

Quais foram as principais carências verificadas em sua avaliação?

A Educação, infelizmente, hoje em dia está depauperada em todas as áreas, não só na formação do professor primário. Eu dou aulas em faculdade e eu vejo a caída que houve, em coisas básicas, como ler e interpretar um texto, em se comunicar. Mas o professor que permanece na carreira, ele tem um *éthos*, ele gosta daquilo que faz e isso é que salva. A gestão educativa na escola também é um problema, ela é muito fechada em si mesma, não se abre para a comunidade. Melhorou muito e nessas regiões é até mais aberta, mas ainda tem aquela burocracia, aquele impedimento de sair...

O que você julgaria que está sendo surpreendentemente bom no projeto?

O surpreendentemente bom foi a aceitação do livro, que convida as pessoas a fazerem uma viagem desde a época do descobrimento até os nossos dias. É um livro muito leve, muito gostoso e passa, ao mesmo tempo, bastante conteúdo sem ser muito técnico, como muitos que eu vejo. Ele foi bastante reformulado a partir de coisas sugeridas pelos coordenadores das regiões e pelos próprios professores. Por outro lado, o ponto mais carente é a capacitação. É o ponto em que se deveria investir mais, vai precisar de tempo para o professor, recursos, envolvimento das secretarias e das prefeituras, o que foge um pouco da alçada do projeto. Aí é um problema de integração: regiões que se integrarem bem, vão deslanchar. Se não houver essa integração, acho que vai ser muito difícil.

EDUCADOR AMBIENTAL

Uma publicação bimestral de iniciativa do WWF (Fundo Mundial para a Natureza) e da Ecopress - Agência de Notícias Ambientais

Conselho Editorial: Elísio de Oliveira, Fábio Raimo, Helvio Nicolau Moisés, Irineu Tamaio, Lúcia Helena Manzochi, Maria Lucia Barciotte, Marcia Westphal, Marcos Sorrentino, Minka Ilse Bojadsen, Neli Gonçalves de Mello e Roberto Varjabedian **Editora:** Sandra Sinicco **Coordenadora do Projeto:** Vera Rodrigues **Redação e Reportagens:** Marco Antonio Gonçalves e Thais O. Chita **Editoração Eletrônica:** Reinaldo Andreato **Correspondência:** Rua Itápolis, 1893, Pacaembu - Cep 01245-000 - Tel: (011) 258.0077 - Fax: (011) 257.6195 - São Paulo/SP - E-mail: ecopress@originet.com.br - Home Page para acessar edições passadas: <http://speed.com.br/ea>

ASSINAR

Envie cheque nominal à Ecopress - Agência de Notícias Ambientais, no valor da sua opção: R\$ 20, (seis edições) R\$ 35, (doze edições)